

2. Pressupostos Teóricos

2.1 Os Conceitos de Família

Para claramente definir o que seria uma família para a realidade brasileira é necessário primeiramente entender como esta é vista pelos usuários da língua portuguesa falada aqui no Brasil. Diante disso, esta análise busca, além de tão somente definir o termo, ou melhor, esta instituição, trazer os olhares que várias áreas têm sobre ela.

Bennett (1998:3) cunhou o conceito de cultura objetiva que se refere àquela representada nas manifestações produzidas pela sociedade, como literatura, música, ciência, arte, língua (enquanto estrutura) entre outras; seria o produto concreto criado pela sociedade.

Diante deste olhar sobre a cultura trazido por Bennett (1998:3) , podemos verificar por que a família inclui-se também nesta, já que é analisada como uma instituição social em transformação. Muito se discute hoje a respeito do que seria para a nossa sociedade uma família. As contribuições trazidas pelos conceitos de áreas como antropologia social, psicologia social e direito serão os norteadores da análise desenvolvida por este trabalho.

Na Antropologia Social, partindo-se do olhar de Fonseca (2005), a família é entendida como um conceito complexo que geralmente é determinado pela categoria social. Segundo a autora, para pessoas das classes mais altas família é sinônimo de linhagem, patrimônio; seriam, no caso, pessoas orgulhosas de seu patrimônio. Já as camadas médias da sociedade veem o termo como a *família nuclear* adotada pela modernidade, o núcleo mais fechado (pai, mãe e filho ou filhos). Nos grupos mais populares, a noção de família está ancorada em princípios como afetividade e

solidariedade, ligada às atividades domésticas do dia-a-dia, visão que pode ser entendida como família alargada, em que aparecem mais componentes além do núcleo. Neste caso, segundo Fonseca (2004), a variante social vai definitivamente interferir na composição e conseqüentemente na dificuldade de se definir família neste estrato da sociedade.

Porém, nesta análise, a Antropologia Social ainda não nos traz uma definição para o termo em discussão nesse trabalho, mas sim uma maneira de entender esse complexo universo que se delinea no Brasil contemporâneo acerca da noção de família. Silva (2007: 21), apoiando-se em Barros (1987:20), define família como um grupo de pessoas que, unidas pelos laços do parentesco e de afinidade, estabelecem entre si códigos próprios capazes de apresentar inúmeras facetas de relacionamento. A mesma autora afirma que, além dos laços de sangue, há ainda os laços morais que formam conexões entre membros dos grupos, categorizando-os também como uma família.

Nos dicionários, família é definida de diversas maneiras. Todavia, a noção de conjunto de pessoas é comum a todas as pesquisadas por este trabalho. Segundo o Dicionário Aurélio (2008), em sua versão eletrônica, a família pode ser definida como:

“Um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. É um grupo de pessoas, ou um número de grupos domésticos ligados por descendência (demonstrada ou estipulada) a partir de um ancestral comum, matrimônio ou adoção. Nesse sentido o termo confunde-se com clã.”

Segundo o dicionário, dentro de uma família existe sempre algum grau de parentesco. Membros de uma família costumam compartilhar do mesmo sobrenome, geralmente herdado dos ascendentes diretos. Assim, pode-se entender que a família é unida por múltiplos laços capazes de manter os membros moral, material e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações, segundo o que nos diz Fonseca (2005). Ou ainda, podem ser encontradas também outras visões de família, como os escravos e servidores que vivem sob o mesmo teto: as pessoas de uma casa, referindo-se à definição cunhada por Gilberto Freire no clássico *Casa Grande e Senzala*. Já o Dicionário Houaiss (2009) define o termo como:

“Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela; conjunto formado pelos pais e pelos filhos; conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes; conjunto de pessoas que têm um ancestral comum; conjunto de pessoas que vivem na mesma casa. Menor célula organizada da sociedade em que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos impondo-lhes diferentes responsabilidades conforme o momento histórico.”

Segundo Bacelar (2002), a família seria um organismo complexo pertencente à sociedade, composto de membros que sofrem influência da cultura, da história, da política e da economia. Para a autora, são indivíduos que possuem uma relação íntima, ou seja, de proximidade entre si.

Para Prado (1985:7), a palavra “família” é relacionada às pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos ou ainda, pessoas do mesmo sangue, ascendência, estirpe ou admitidos por adoção. A autora afirma também que a família é não só um tecido fundamental nas relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. Silva (2007:21), citando Prado (1985), afirma que, segundo a autora, na humanidade não encontramos uma sociedade que tenha vivido sem alguma noção de família, mas a mais comum é a *família nuclear*, definida anteriormente como aquela composta de pai, mãe, filho ou filhos e que ainda, de acordo com ela é a representada no modelo de cultura exposto na mídia em geral, mesmo sendo a realidade vigente bem diversa.

A visão legal que se tem de família pôde ser renovada a partir da Constituição Federal de 1988, que trouxe grandes inovações ao olhar jurídico nacional, pois passou a considerar a união estável como unidade familiar entre homem e mulher ou entre qualquer um dos pais e seus descendentes. Com isso, foi dado o pontapé inicial para a implantação do novo conceito de “família”, ou seja, o casamento deixou de ser sua única fonte, dividindo esse status com outros institutos, como afirmavam os Códigos Civis anteriores, dentre os quais se pode citar o de 1916, por exemplo. Os rearranjos da família brasileira podem, agora, ser melhor entendidos pela legislação. As mudanças feitas no Código Civil em 2002 trouxeram novas polêmicas para a composição das famílias no Brasil e assim

novamente a discussão voltou à tona e necessitou-se pensar novamente em como melhor definir a noção de família conforme vemos no trecho:

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.

§ 2º As causas suspensivas do art. 1.523 não impedirão a caracterização da união estável.

Art. 1.724. As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.

Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens.

Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil.

Art. 1.727. As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato.

A Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) teve um papel fundamental nesta mudança, porque possibilitou incluir também homossexuais e mulheres vítimas de violência de vários tipos como constituintes de um grupo que agora também passaria a ser chamado de família. Segundo o texto da lei, pode-se entender que esta pode ser aplicada a qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de estar junto ou não, conforme previsto no artigo 5º, III da lei. É importante mencionar ainda que o parágrafo único do mesmo dispositivo legal é bem claro ao afirmar que as relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. Porém, diversos estudiosos da área do Direito da Família sinalizam que, mesmo com todo esse aparato, ainda há a possibilidade de essas definições não darem conta de nossa demanda social.

Diante de tantas mudanças sociais observadas no cenário nacional, segundo o que nos informam, por exemplo, órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), podemos então pensar que a família brasileira atual pode ser vista como nuclear, formada por poucos membros, pai, mãe e filho ou filhos. Contudo, essa composição alterou-se bastante, segundo Fonseca (2004) e Samara

(2004), que afirmam termos hoje em dia um novo padrão de família nuclear em que os papéis familiares, como já nos mostrou Prado (1985), são bem diferentes do que se tem, por exemplo, no quadro familiar americano. A noção de clã não faz parte desta concepção; a família brasileira encolheu por razões sociais diversas que não a necessidade de se isolar ou de formar um grupo menor. A partir disso, pode ser entendido que os papéis familiares mudam de acordo com a situação. É comum vermos além de pai e mãe, apenas mãe e filho ou filhos, pai e filhos ou filhos, casais homossexuais com filhos, tios, avós, avós, padrinhos, madrastas, padrastos, enteados e outros membros que viram a família de diversos brasileiros.

Os estudos de Costa et alii (2006), para a área da Psicologia Social, definem família a partir de Freixa (1988) como um ponto médio entre a sociedade e o indivíduo, sendo, pois, um dos lugares privilegiados na construção social da realidade. Costa et alii (2006) afirmam também que as relações familiares vêm se modificando principalmente no século XX, como já haviam falado Samara (2004), Bacelar (2002) e Silva (2007).

O desenvolvimento da família pode ser observado como uma retração, ou seja, a saída de um modelo de família extensa para um modelo de uma família menor, chamada de nuclear, celular, conjugal. Segundo as autoras, as prováveis causas para estas mudanças são a modernização e a urbanização oriundas da industrialização; o aumento da longevidade, fato também citado por Bacelar (2002); o elogio psicossocial da individualidade e do descartável; a realização cada vez mais tardia de uniões; as mudanças nos papéis exercidos por mulheres na sociedade e a recente possibilidade de decidir o momento e o número de filhos e a aceitação do divórcio como uma opção para o fracasso do casamento.

Na presente análise utilizaremos a definição de família como um grupo ou comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentes ou simplesmente próximos, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, que vivam ou não dentro de um mesmo local, pois se acredita ser esta uma definição que melhor traduz todo o contexto sociocultural existente em torno do termo.

Neste trabalho, serão utilizados como *corpus* os vocábulos recolhidos de manuais de ensino de Português como Segunda Língua para Estrangeiros (PL2E) utilizados em diversas instituições de ensino. Para tal, escolheu-se o léxico que deveria ser ensinado ao aluno estrangeiro a fim de que este possa compreender o que é uma família na cultura brasileira. Assim definiu-se que *família, mãe, pai(s), irmão(s), irmã(s), filho(s), filha(s), marido, mulher, esposa, avô, avó(s), tio(s), tia(s)* farão parte do léxico da análise deste trabalho.

2.2 Cultura e Linguagem

Nessa seção trabalharemos com o conceito de cultura e suas implicações para a análise de dados feita por esta dissertação. Depois, na segunda subseção, denominada “Linguagem”, falaremos sobre os conceitos de língua e linguagem e sua utilização no aprendizado de uma segunda língua. Por último, vamos tratar do conceito de gêneros textuais e falar da importância desses para o ensinoaprendizagem da língua-alvo.

2.2.1 Cultura

Nesta pesquisa os conceitos que serão utilizados para análise do *corpus* baseiam-se nos estudos da Antropologia Social e do Interculturalismo; estes dois grandes campos de estudos auxiliarão na visão que se deseja ter aqui acerca do tratamento que a cultura brasileira dá à noção de família. A utilização desses campos justifica-se por meio da interação que há entre eles e a Linguística, pois

através da linguagem podemos observar os costumes e comportamentos sociais. Entender que um idioma não existe apenas por meio de estruturas gramaticais e regras previstas unicamente em livros que visam a fixação de tópicos pautados na tradição gramatical passa a ser uma importante reflexão a ser feita quando se vai ensinar uma língua.

Assim, verifica-se a necessidade de trazer para este trabalho alguns conceitos norteadores. O primeiro é o de cultura.

Segundo Edward Taylor (apud Laraia, 2005: 25), a cultura

“(...) em seu amplo sentido etnográfico é esse todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (Laraia, 2005:25).

Fica claro a partir do conceito de Taylor que a cultura é tudo aquilo que se pode adquirir ao longo da vida, são todos os elementos formadores do ser humano, suas interações, suas conexões, suas crenças e também escolhas. Diante disso, podemos entender que as atitudes humanas são marcadamente construídas por meio de suas referências culturais, isto é, nosso comportamento social é algo cheio de relações com aquilo que nos formou. Laraia (2005) ainda nos informa que a cultura é também vista como “a lente com a qual o homem vê o mundo” assim nos indicando que o olhar humano sobre todas as coisas é sempre subjetivo, visto que é construído pelo nosso *background* cultural. Porém, é certo dizer que esta definição pode trazer para a sociedade uma visão equivocada acerca do modo único como cada grupo social enxerga a realidade. Laraia nos alerta para o surgimento de um sentimento etnocêntrico, um grupo passa a ver-se como melhor que outro. Diante disso as relações entre estes se tornam, muitas vezes, tensas, surgindo conflitos e disputas. Não se ver como superior e aceitar o olhar do outro é uma tarefa difícil e diária; entender o *modus vivendi* do outro sem achar estranho ou equivocado é algo complexo para todos nós.

Silva (2007) utiliza em seu trabalho a definição de cultura de Geertz (1973:89 apud Lantolf, 2000:30) e nos indica que para este autor a cultura é

“...uma rede semiótica transmitida e construída historicamente pelos homens, que lhes permite se desenvolver, se comunicar e perpetuar seus conhecimentos, crenças e atitudes sobre o mundo.” Além de Geertz, Silva (2007) também define cultura a partir de Santos (2003): para este autor a cultura também é algo que se constrói por meio da história da sociedade e é um produto do meio social.

Todas estas definições apontam para uma direção: não há como deixar de conhecer a cultura, caso alguém deseje conhecer melhor o outro. Nos estudos linguísticos, mais especificamente no ensino de PL2E, é clara a necessidade de apresentarmos ao aluno algo maior que as regras gramaticais. Meyer (2004: 80) informa-nos a esse respeito:

“Reunindo estes aspectos da identidade social do brasileiro, podemos, com razoável facilidade, compreender o que eles representam em relação ao uso da linguagem. O português do Brasil é – e não poderia ser de outra maneira – diverso, flexível, informal, sensual. E é exatamente por causa dessa natureza múltipla que ensinar português para falantes de inglês torna-se especialmente desafiador: quando o foco desse processo de ensino/aprendizagem está colocado no comportamento linguístico esperado do falante de português, não apenas em estruturas e/ou regras gramaticais, há todo um universo de conhecimento, todo um conjunto de valores, atitudes, crenças, rituais sociais a serem conhecidos, assimilados, aceitos e, espera-se, utilizados com eficiência.”

A partir deste olhar de Meyer acerca da língua portuguesa falada no Brasil percebemos que no ensino de PL2E precisamos também ensinar cultura brasileira ao estudante estrangeiro. Meyer trata, neste artigo, apenas dos falantes de língua inglesa; contudo, é claro a partir do que a autora nos transmite que existe a necessidade de se ter esta postura com todos os estrangeiros que desejam aprender o português.

Somos uma cultura da informalidade: nosso jeito de ser e agir dizem um pouco sobre nós. Bennet (1998), citado também por Meyer (2004), sinaliza para mais uma possibilidade de se enxergarem as diferenças culturais. O autor estabelece uma distinção entre os dois tipos de cultura em que os povos e/ou grupos poderiam ser divididos:

“(...) A cultura objetiva consiste das manifestações visíveis de uma dada sociedade – arte, literatura, música, ciência, religião, política, língua, (...) a cultura subjetiva pode ser encontrada nas suas manifestações invisíveis – valores, moralidade, crenças, comportamentos, o uso da língua, ou seja, os componentes abstratos dessa sociedade” (Meyer, 2004: 80,81).

É claro então que o ensino de uma língua é também o ensino de outra cultura. Podemos falar assim em segunda língua e segunda cultura. Trazer para o estudante de PL2E as regras da gramática tradicional dissociadas da questão cultural revelará para este estudante e para quem o ensina a dificuldade que este aprendiz terá quando assimilar esses novos padrões culturais, oriundos da cultura subjetiva. Assim, diante dessas considerações feitas por Meyer (2004), apoiada em Bennet (1998), vê-se a necessidade de se apresentar aqui o conceito de linguagem, visto que esse será também uma importante ferramenta na análise dos dados coletados nessa pesquisa.

2.2.2 Linguagem

Vários autores definiram linguagem e atribuíram a ela diversos papéis. Contudo, em boa parte das definições existentes pode-se ver que a palavra comunicação se faz presente. Logo, entende-se que as noções de linguagem e comunicação estão intimamente ligadas. É importante ressaltar também que a linguística preocupou-se em definir não somente “linguagem”, mas também “língua” e em provar que esses dois conceitos não estão dissociados um do outro, ou seja, um tende necessariamente a ser complemento do outro.

Correa (2011) ao tratar do tema utiliza-se das definições de língua cunhadas por Mattoso Câmara (1977) e Dubois (1993) e nos mostra que ambos os autores veem-na como um sistema de linguagem que é constituído de sons vocais que são utilizados por uma comunidade. A ideia de língua como um sistema de linguagem introduzida por esses dois autores nos sugere a necessidade de ver que o aprendizado de um idioma precisará ser maior que simplesmente decodificar vocábulos por meio de um dicionário ou somente saber regras da gramática tradicional. Assim pode-se entender que a língua é algo vivo, dinâmico, mutável e mutante, ou seja, seu processo de transformação é constante.

Cezário & Votre (2009), ao falarem sobre a sociolinguística nos dizem que um indivíduo inserido em uma comunidade também partilhará das experiências e atividades desta e, por isso, criará com ela um ou vários traços que o identifiquem neste ou naquele grupo.

Assim, buscar para este trabalho uma definição de linguagem que fuja a essa visão seria um equívoco. É sabido que as correntes ligadas à psicolinguística e ao gerativismo têm como foco maior o processo de aquisição da linguagem e suas implicações e não as interações entre os falantes. Contudo, alguns autores da corrente cognitivista rejeitam a ideia de uma pesquisa linguística que não esteja associada à comunicação, vendo na linguagem também a inclusão das dimensões sociais nos estudos cognitivos, como podemos aqui citar o psicolinguista americano Michael Tommaselo (1999).

Diante de todas essas leituras feitas acerca do conceito de linguagem, vemos que a linguagem pressupõe o diálogo, a comunicação e a interação entre os falantes. Assim, as formas como uma língua é aprendida tornam-se fundamentais para que um idioma seja totalmente compreendido por um falante.

No aprendizado de uma segunda língua, chamada aqui de (L2), é necessário que se compreenda que as mesmas características fundamentais para o aprendizado da língua materna (L1), muitas vezes, servem para a L2, no que diz respeito, por exemplo, à interação entre os falantes. Revuz (1998), autora também citada por Correa (2011), traz o conceito de língua estrangeira identificando-a como aquela aprendida por um falante depois do aprendizado de sua L1, segundo a autora sua L1 a qual está já presente na primeira infância. Com esse conceito Revuz (1998) sinaliza para a ideia de que a L1 traz consigo todo o conhecimento extralinguístico exigido para a comunicação por meio dela. Logo, pode-se afirmar que o falante não terá somente a estrutura gramatical, mas também todos os elementos que formaram seu conhecimento acerca desse primeiro idioma, ou seja, sua história linguística nesse idioma levará em conta também as questões socioculturais e sociointeracionais.

A partir do conceito de língua estrangeira de Revuz (1998) e das noções de língua e linguagem mais ligadas às questões interacionais, podemos concluir que ao ensinar uma segunda língua não se pode dissociá-la do contexto em que ela

está inserida, ou seja, ao novo falante daquele idioma não pode excluí-lo de alguns traços que sejam fundamentais ao melhor aprendizado da L2.

É importante ressaltar que não só a fala, mas também a língua escrita deve ser refletida em sala de aula com o aluno estrangeiro. Dessa forma, um estudo que visa ensiná-lo a escrever e a ler na L2 precisa dar conta também de boa parte dos elementos textuais presentes nessa língua-alvo. Nesse caso, fala-se aqui da importância não só da tradução, mas da explicação acerca de quais e como são os gêneros textuais nesse novo idioma.

2.2.3 Gêneros textuais

Já foi discutido por este trabalho que as questões socioculturais muito influenciam no aprendizado de um idioma, por exemplo, na construção da comunicação, no processo de interação, ou seja, de uma cultura ser mais ou menos fechada, permitir ou não uma mistura de registro de linguagem. As várias possibilidades de construção de estratégias comunicativas são descobertas, ou melhor, entendidas por estudante estrangeiro, somente se ele for exposto a elas ou delas tomar conhecimento, mesmo que por livros ou explicações que não as da sala de aula. Portanto, vê-se que aos manuais de PL2E cabe uma grande responsabilidade, já que um estudante que deseje estudar sozinho o português falado no Brasil necessitará saber de alguns traços culturais que são comuns para nós, mas que para ele podem ser uma grande invasão de sua privacidade.

A partir deste cenário surge a necessidade de também apresentar ao estudante os gêneros textuais mais comuns à L2, no caso deste trabalho, os gêneros textuais tais como se apresentam na Língua Portuguesa falada no Brasil. Para isso recorreremos ao estudo sobre os gêneros textuais feito por Marcuschi (2003). Segundo esse autor, tais gêneros são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Portanto, são compostos sócio-discursivos e

formas de ação social em qualquer situação comunicativa, eles caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis e dinâmicos. Pode-se perceber então que o conceito de gênero textual está totalmente àquele utilizado por este trabalho no que se refere à língua e linguagem. Logo, são muito mais essenciais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais, do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. Ou seja, para o autor eles são formas diretas de comunicação: transmitem, explicam, caracterizam e também ensinam o idioma em que estão escritos. Sendo assim, o estudante precisará saber que o conhecimento de um gênero vai ser fundamental para que ele conviva bem, ou melhor, aprenda aquela língua. Por exemplo, no caso brasileiro, o estudante deve necessariamente saber que aqui as pessoas são muito ligadas às redes sociais e que por isso saber utilizá-las à moda local é uma ferramenta muito importante para a comunicação.

2.3 Casa e Rua

De acordo com DaMatta (2004), as sociedades podem ser divididas em dois importantes espaços: a *Casa* e a *Rua*. Segundo o mesmo autor, apesar de serem lugares totalmente opostos, complementam-se ao descrever e definir a vida social. É certo que o autor, ao falar de espaços, não se refere a espaços físicos, mas sim sociais; para ele, *casa* e *rua* são os locais da interação e das discussões entre seus frequentadores. Dois mundos emergem segundo ele fala destes espaços: o da *Casa* e o da *Rua*. DaMatta nos diz que a *casa* se caracteriza pelo ambiente onde existem, muitas vezes, os laços de sangue, é o lugar em que se constrói a identidade de cada um, lugar em que nos sentimos seguros, ambiente familiar, lugar das amizades, lugar das disputas entre pares, ou melhor entre “irmãos”, segundo nos informa também Silva (2007). A *casa* é o lugar da intimidade, da proximidade, onde todos se aconchegam. Mesmo com as adversidades que podem ocorrer, este espaço é considerado “sagrado” para boa parte de nós.

Já a *Rua* é lugar do conflito, do caos, da incerteza e da falta de aconchego; enquanto chamamos a *casa* de porto seguro, a *Rua* é o lugar da insegurança. Neste ambiente, as relações são mais distantes, duras, secas e geralmente rápidas, ou seja, é só um cumprimento rápido e nada mais. Todavia, DaMatta (1997) nos informa que nós, os brasileiros, *englobamos a rua na casa*, ou seja, nos vemos sempre como pares, ou melhor, mais do que pares, “irmãos” com laços quase de sangue, formando, portanto, uma grande família.

Assim, podemos perceber que há um lugar em que “a casa se mistura com a rua”. Segundo Porto (2006 apud DaMatta 1984:33), a delimitação, na sociedade brasileira, de espaços limítrofes - nem situados na casa, nem na rua, mas sim, espaços ambíguos - é facilmente encontrada. A partir dessas definições podemos entender o motivo pelo qual, por exemplo, a relação de proximidade existente entre vizinhos, parentes mais distantes e amigos, ou seja, o tratamento familiar recebido por essas pessoas mostra que uma relação construída mais forte e presente, fato que não ocorre em outras culturas. A sociedade brasileira vive, segundo DaMatta (2004), essencialmente nesse espaço limítrofe, de tal maneira que separar *casa* e *rua* pode, muitas vezes, significar falta de educação ou rompimento daquele laço ali anteriormente criado.

2.4

Intimidade e Distanciamento

Silva (2007) e Correa (2011), valendo-se dos estudos linguísticos de Wierzbicka (1991), abordam em seus trabalhos a relação entre intimidade e distanciamento que esta última autora estabelece. Para ela, esses dois conceitos, intimidade e distanciamento, são variáveis entre as culturas e trazem consigo grande importância para o tratamento a ser dado ao outro. “Intimidade” seria algo do ambiente mais relacionado à proximidade entre membros de um determinado grupo. Recorrendo novamente a DaMatta (2004), podemos dizer que ela

pertenceria ao ambiente da *Casa*, enquanto que o distanciamento, ao da *Rua*, aquele ambiente longe da intimidade, do conflito, das relações mais indiretas.

No entanto, é preciso entender que o espaço limítrofe de que trata o antropólogo acaba por dificultar o entendimento das noções de intimidade e distanciamento na cultura brasileira. Assim, para um estrangeiro, por exemplo, é um tanto quanto complexo compreender as implicações existentes em relação a essas duas palavras, mais do que entender o que são a *Casa* e *Rua*, ele deverá buscar ver a conexão entre esses espaços sociais.

O psicólogo social Geert Hofstede (2012) descreve em seus estudos seis dimensões em que se organiza a cultura, a saber:

Na primeira dimensão chamada de *Meios orientada Goal vs orientada*, o autor trata da eficácia da organização dentro do ambiente profissional. Neste contexto, Hofstede indica os meios pelos quais uma tarefa pode e deve ser realizada com excelência e eficácia. Neste ponto ele define a dimensão a partir do uso da palavra “como”, já que esta seria aquela que representaria os meios de execução de uma atividade dentro de um ambiente de trabalho. Um dos papéis fundamentais dessa dimensão é diminuir os riscos e os erros adquiridos pela ineficácia de uma tarefa.

Na segunda dimensão, a *Internamente impulsionado vs externamente impulsionado*, o autor nos alerta a respeito dos impulsos dos integrantes de uma organização que os faz burlar as regras e ferir a ética no trabalho.

Na terceira dimensão, *Sensível trabalho vs disciplina rigorosa, disciplina de trabalho*, o psicólogo social nos informa sobre a necessidade do compromisso na execução das atividades dentro de uma organização. Pode-se entender que esta dimensão estaria diretamente associada à segunda já que para ele ética e compromisso são peças chave na estrutura de uma empresa.

Na quarta dimensão, *Local vs profissional*, apesar de o nome da dimensão poder sugerir alguma associação com as definições de *Casa* e *Rua* construídas por DaMatta (2004), aqui trata-se da identidade do empregado dentro de seu ambiente de trabalho, da relação função/formação.

A quinta dimensão *Sistema aberto vs Sistema Fechado*, definida por:

“Essa dimensão se relaciona com a acessibilidade de uma organização. Em uma cultura muito aberta, recém-chegados são imediatamente bem-vindos, ou seja, as pessoas se abrem tanto para os dentro quanto para os de fora, e acredita-se que quase qualquer um se ajustaria à organização. Em uma organização muito fechada é o inverso.”

Ou seja, o autor trata de dois sistemas: um aberto e outro fechado, em que as culturas estariam assim organizadas. É claro para nós, brasileiros, que nosso sistema é um sistema aberto em que todos entram e podem tornar-se uma grande família como já nos disseram DaMatta (2004) e Silva(2007), a conexão entre os espaços *casa* e *rua* mais uma vez contribuem para essa visão: ver como uma família brasileira age e como ela inclui ou exclui membros é algo fundamental. Apesar de os estudos de Hofstede serem direcionados à área Empresarial, na qual trata das questões organizacionais das empresas, vê-se claramente que esta teoria pode também ser utilizada para entender as relações complexas em estão inseridas as famílias brasileiras.

Na sexta dimensão, *Empregado orientado vs trabalho orientado*, tem-se a discussão existente entre a separação dos espaços sociais, aquilo que necessariamente pertence a empresa e aquilo que se relaciona a vida do funcionário. Segundo o autor, nela a empresa terá o dever de promover o bem-estar do funcionário no ambiente de trabalho.